

ATA DA 100ª SESSÃO ORDINÁRIA DA
3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 17ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 31 DE OUTUBRO DE 2013
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JOARES
PONTICELLI

Às 9h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Aldo Schneider - Altair Silva - Ana Paula Lima - Angela Albino - Antônio Aguiar - Carlos Chiodini - Dado Cherem - Darci de Matos - Dirceu Dresch - Dóia Guglielmi - Edison Andrino - Gilmar Knaesel - Jailson Lima - Joares Ponticelli - José Milton Scheffer - José Nei Ascari - Kennedy Nunes - Luciane Carminatti - Manoel Mota - Marcos Vieira - Maurício Eskudlark - Moacir Sopelsa - Neodi Saretta - Padre Pedro Baldissera - Renato Hinnig - Reno Caramori - Romildo Titon - Sandro Silva - Sargento Amauri Soares - Serafim Venzon - Silvio Dreveck - Volnei Morastoni.

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declaro aberta a presente sessão.

Solicito ao sr. secretário que proceda à leitura das atas das sessões anteriores.

(São lidas e aprovadas as atas.)

Solicito à assessoria que distribua o expediente aos srs. deputados.

Passaremos às Breves Comunicações.

O primeiro orador inscrito é o sr. deputado Dirceu Dresch, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO DIRCEU DRESCH - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada Ana Paula Lima, em nome de quem cumprimento todas as mulheres e a nossa equipe de colaboradores, composta por pessoas que contribuem para que esta Casa funcione perfeitamente.

Deputada Ana Paula Lima, ontem tivemos a aprovação da PEC que acabou com o voto secreto, mas hoje abro os jornais e vejo, deputado Sargento Amauri Soares, que o Judiciário catarinense absolveu, lamentavelmente, as pessoas que levaram

R\$ 2,5 milhões, deputado Altair Silva, do caso Andrea Bocelli em Florianópolis. Levaram a bagatela de R\$ 2,5 milhões e foram absolvidos. De fato, ficamos indignados e a sociedade catarinense deve estar também com uma notícia dessas. Essa posição do Judiciário catarinense nos decepcionou, pois temos a função de cobrar isso, de apurar fatos como esse.

Mas também há boas notícias. Na terça-feira passada participamos de um almoço com a nossa bancada e convidamos a reitora Maria Clara Kaschny Schneider, do Instituto Federal de Santa Catarina, deputada Ana Paula Lima, que nos informou que aquele educandário será instalado em São Lourenço do Oeste, que é um município importante em termos de grandes empresas e de agricultura.

Como era uma região que ainda não havia sido atendida pelo Instituto Federal, lutamos juntamente com os demais deputados, especialmente o deputado federal Pedro Uczai, e finalmente tivemos a boa notícia de que a prefeitura de São Lourenço do Oeste colocou à disposição do Instituto Federal as instalações de uma escola municipal que não estava sendo aproveitada, para que ele possa começar a funcionar imediatamente. A reitora nos garantiu, inclusive, que assim que forem resolvidos os problemas referentes à documentação, os cursos já começarão a funcionar naquele município, o que deve acontecer já no início do ano que vem.

Outra notícia que quero trazer a esta Casa é que estivemos no último sábado, na cidade de Concórdia, na entrega das máquinas às prefeituras. A nossa ministra Ideli Salvatti também esteve lá, assim como outras lideranças, para fazer a instalação de um *campus* da Universidade Federal Fronteira Sul na região do alto Uruguai, assim como aconteceu no extremo oeste.

Esse compromisso foi firmado desde a instalação da UFFS, ocasião em que o MEC se comprometeu a implementar um *campus* em Concórdia e outro em São Miguel d'Oeste.

Então, para nós são boas notícias, pois aquela região historicamente esteve abandonada pelo

ensino público estadual e federal. Mas vamos continuar a nossa luta para termos um *campus* da Udesc também no oeste. Em breve teremos a presença do Instituto Federal em São Lourenço do Oeste e em outras áreas daquela região.

Sr. presidente, quero abordar agora outro tema importante, especialmente para as pequenas agroindústrias familiares. A Lei n. 12.873, aprovada em 24 de outubro de 2013, foi uma enorme conquista para a agricultura familiar, pois garante a manutenção da condição de segurado especial da Previdência aos agricultores familiares mesmo que trabalhem com agroindustrialização, turismo rural ou artesanato. Garante também a aposentadoria por acidente e facilita o acesso ao crédito fundiário. O agricultor já tinha a garantia de pensão por invalidez ou doença, mas quando sofria um acidente, como a perda de uma mão, por exemplo, as dificuldades para conseguir a aposentadoria eram enormes. Agora essa questão foi regulamentada por essa lei.

Durante o ano de 2013, por duas vezes o ministro da Previdência e as organizações da agricultura familiar do Brasil discutiram esse tema, que felizmente foi clareado e legalizado com a aprovação da Lei n. 12.873.

Então, essa é mais uma conquista importante para a agricultura familiar de Santa Catarina, onde há milhares de agricultores agregando valor. São grandes as perspectivas para os agricultores, para as associações, para a geração de emprego e renda e para o desenvolvimento dos nossos municípios.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sargento Amauri Soares, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SARGENTO AMAURI SOARES - Sr. presidente, srs. deputados, sra. deputada, que mais nos acompanha na manhã desta quinta-feira, eu quero, inicialmente, saudar os meus nobres pares

que na tarde de ontem, na minha ausência, aprovaram por unanimidade o fim do voto secreto para qualquer questão neste Poder.

Quero justificar a minha ausência, pois estava em Porto Alegre tratando com lideranças e autoridades, inclusive do Poder Legislativo, sobre o Memorial Luiz Carlos Prestes naquela cidade.

É evidente que teria votado a favor da PEC n. 0003/2013 e creio que os demais que não estavam presentes também assim o teriam feito, coerentes com o que temos defendido nesta Casa e em todos os lugares onde o assunto esteve em debate.

Considero absolutamente necessário que os parlamentares, que os detentores de cargos eletivos sejam obrigados a tornar públicas todas as suas decisões. O voto secreto, que no passado muito serviu para proteger a liberdade de votar do parlamentar, inclusive contra o governo ditatorial, nas últimas décadas vinha servindo para que alguns espertalhões escondessem o jogo até com notícias falsas, ou seja, divulgavam uma coisa e faziam outra na hora do voto.

De forma que é um avanço, sim, para o Poder Legislativo catarinense ter abolido toda e qualquer modalidade de voto secreto.

Mas quero debater o pacote salarial e outros projetos relativos aos servidores da Segurança Pública. O governo, nas últimas 24 horas, apressou-se em mandar para a imprensa uma notícia alvissareira e interessante: se o projeto que o governo diz que vai mandar para cá for aprovado, a Polícia Militar de Santa Catarina terá um dos melhores salários do Brasil. É assim que termina o texto principal da coluna do jornalista Moacir Pereira. E quero dizer que não estou responsabilizando o grande jornalista, porque ele diz, inclusive, que essa análise teria sido feita por um parlamentar da base do governo. Ou seja, alguém instrumentalizou a imprensa, lamentavelmente, para difundir uma notícia inverídica ou tendenciosa.

A Polícia Militar de Santa Catarina, e vale para o Corpo de Bombeiros, para a Polícia Civil, para o Instituto Geral de Perícias e para o

sistema prisional também, só terá um dos melhores salários do Brasil se analisarmos somente o último salário da cúpula. Talvez aí realmente seja o melhor do Brasil, se olharmos a proposta de R\$ 26 mil para a cúpula da Polícia Militar e da Polícia Civil, enquanto para a base será R\$ 4,3 mil.

Esse é o fato. Esse projeto não mudou, continua ruim. Essa é a proposta que vem sendo debatida há meses entre os representantes das categorias e o governo do estado. Inclusive, falei desta tribuna, há algumas semanas, que a proposta salarial pela modalidade de subsídio não é boa para a maioria dos policiais e bombeiros militares e não é boa para a maioria dos policiais civis. E comparei o pagamento do salário através de subsídio a um bolo de gosto duvidoso, meio azedo. É preferível dar a reposição da inflação, que o governo não tem dado, pois para o soldado dá empate. Mas dão R\$ 26 mil à cúpula e mandam a imprensa divulgar, que acaba afirmando tratar-se do melhor salário do Brasil.

Estão querendo enganar a sociedade catarinense, porque o fato concreto, srs. deputados e opinião pública, é que ao contrário do que o governo divulgou da semana passada para cá, houve um retrocesso de negociação.

O governo fala da questão da carreira, de compensações, mas não haverá isso! Promoção automática é automática, mas depende de vaga e daí já sabemos que nunca vai acontecer, porque sempre foi automática dependendo de vagas e nunca aconteceu. O governo recuou daquilo que já tinha negociado com os representantes dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, o presidente da Aprasc e outros diretores da entidade.

E até quero repercutir uma frase que o presidente da Aprasc, soldado Elisandro Lotin de Souza, encaminhou-me agora por mensagem: "Frustração! Governo recua nas propostas feitas à Aprasc". Ela resume o que estou dizendo. O governo mandou publicar uma notícia alvissareira e na prática, como disse ontem, até a cereja do bolo azedou. Se colocaram cerejas no bolo, deputada Ana

Paula Lima, para ver se ele ficava aceitável à maioria, elas não existem mais ou estão estragadas.

É preciso que o governador Raimundo Colombo, que o secretário Antônio Gavazzoni, que secretário Derly Anunciação, que o vice-governador saibam que a notícia que o palácio mandou publicar ontem é inverídica, não é verdadeira, desagrada à maioria dos servidores da Segurança Pública. E não vai longe para essa maioria dizer o seguinte, sr. governador: "Por favor, deixe nosso salário como está. Estamos ganhando uma porcaria, ficamos mais de 20 anos na mesma graduação, mas se for para nos tirar direitos importantíssimos, como a jornada de trabalho e como as progressões de níveis salariais por tempo de serviço, deixe tudo como está! Mas, por favor, para todos."

Porque é inadmissível, srs. deputados e deputadas, que para chegar a cabo ou a terceiro-sargento o indivíduo precise estar no ótimo comportamento, mas para ser coronel, baste estar no bom! Não é possível que para ser subtenente - para não dizerem que deixo os praças e critico apenas os lá de cima -, para ser major ou coronel, o teste de aptidão física seja diferenciado, mais fácil. Esse é um tratamento discriminatório e precisa mudar.

É preciso que o governador do estado saiba que a proposta com o bolo azedo e as cerejas estragadas, fato ocorrido nas últimas 48 horas, não passará pela vontade da maioria dos praças da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros. Evidentemente, todos nós, inclusive o governo, teremos prejuízo.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - O próximo orador inscrito é o sr. deputado Silvio Dreveck, a quem concedemos a palavra por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Sr. presidente, srs. deputados, sras. deputadas, tenho acompanhado as manifestações que se iniciaram em maio ou junho do corrente ano e que no início

foram motivadas por reivindicações. Apesar de não existir uma pauta definida, foram manifestações democráticas, respeitadas, porque as pessoas que foram às ruas respeitaram o direito dos demais cidadãos de ir e vir ou de não participar das passeatas.

Entretanto, o que estamos acompanhando nas últimas semanas, deputado Kennedy Nunes, é inadmissível e não conta com o nosso apoio. E quero aqui até enaltecer a manifestação do colunista Moacir Pereira, no dia de ontem, no *Diário Catarinense*, pois o que ele afirmou já venho dizendo há bastante tempo e passou de todo e qualquer limite.

Democracia não é agressão, não é violência, não é destruição, mas é o que está acontecendo, senão todos os dias, mas quase todos os dias, principalmente nos grandes centros. Destruição de ônibus e caminhões, de construções, de lojas, de empresas, enfim, do patrimônio público e privado, além de colocar em risco a vida das pessoas, porque quando se incendia um ônibus, os passageiros são forçados a desembarcar com celeridade, porque se não fizerem isso, serão consumidos pelas chamas!

É preciso, é indispensável, é inadiável que as autoridades estaduais e federais punam aqueles que não sabem respeitar a população e que estão levando insegurança diariamente às ruas das maiores cidades deste país. As pessoas têm que trabalhar, as pessoas precisam ir ao médico, as pessoas precisam levar os filhos à escola e todos precisam, ao final do dia, retornar aos seus lares em segurança. Não dá para aceitar que a grande maioria seja prejudicada por um grupo pequeno de vândalos que, inclusive, inibiu as legítimas e democráticas manifestações que ocorreram na metade do ano.

Vimos, no dia de ontem, que apenas 15 manifestantes interditaram uma via pública impedindo milhares de pessoas de exercerem o seu direito de ir e vir, direito democrático garantido pela nossa Constituição Federal.

Há que se ressaltar também, srs. deputados, que tudo isso é péssimo pra a imagem do Brasil no mundo. Aqueles que pretendiam investir no Brasil, agora pensarão duas vezes antes de concretizar seu intento. E é o nosso país que perde com isso, porque deixam de ser gerados muitos empregos e há prejuízo sério para o desenvolvimento nacional. É natural que diante desses atos de vandalismo, de violência, de destruição do patrimônio público e privado o empreendedor brasileiro ou estrangeiro perca a motivação. Ou não?! Mesmo porque há outros países que estão com as portas abertas para acolhê-los e que não têm esses problemas que ora enfrentamos.

Mas o mais preocupante é que nós, brasileiros, estamos sendo prejudicados por conta de grupos organizados que praticamente imobilizam determinadas regiões, não permitindo que as pessoas de bem possam trabalhar com segurança, com tranquilidade. Isso afeta psicologicamente os cidadãos e automaticamente prejudica suas atividades.

Portanto, está mais do que na hora de punir esses vândalos, esses baderneiros, que praticam todo tipo de violência sem que haja uma reação enérgica por parte das autoridades públicas. Não basta que as Polícias Civil, Militar e Federal cumpram o seu papel de coibir tudo isso. É necessário também rever a nossa legislação, que é muito branda, porque se não houver uma punição maior para esse tipo de violência, certamente esses agressores irão continuar agindo ora num estado, ora noutro.

O Sr. Deputado Darci de Matos - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Concedo um aparte ao nobre deputado Darci de Matos.

O Sr. Deputado Darci de Matos - Parabéns, deputado Silvio Dreveck, pelo seu pronunciamento, pela preocupação externada em relação ao vandalismo que tem acontecido no Brasil. Parece-me, inclusive, que o governador de São Paulo teria uma reunião, ontem, com o ministro da Justiça para tratar desse assunto.

Na verdade, como v.exa. disse, em junho deste ano ocorreram pelo país afora manifestações espontâneas e democráticas dos trabalhadores, dos estudantes, das donas de casa, dos profissionais liberais, todos pedindo uma nova ética, uma nova postura, mais transparência. Foram manifestações que passaram e deixaram o seu recado. Mas na rasteira dessas manifestações, ficaram os malandros, os bandidos, que estão confundindo democracia com vandalismo.

V.Exa. tem razão, é preciso tomar providências sérias, porque as manifestações são bem-vindas quando são democráticas, organizadas, ordeiras, agora vandalismo não podemos admitir de forma alguma.

Parabéns pelo seu pronunciamento.

O SR. DEPUTADO SILVIO DREVECK - Incorporo seu aparte ao meu pronunciamento, e para concluir, deputado Darci de Matos, quero dizer que esperamos que a nossa democracia seja fortalecida, que as nossas instituições sejam fortes, mas precisamos acelerar e priorizar a punição a esses agressores.

Muito obrigado, sr. presidente.

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Inscrito o sr. deputado Serafim Venzon, a quem concedo a palavra por até cinco minutos.

O SR. DEPUTADO SERAFIM VENZON - Quero usar esse tempo para fazer um agradecimento muito especial ao governador Raimundo Colombo, que mais uma vez vai ao vale do rio Itajaí Mirim. Esteve recentemente em Brusque para inaugurar as EEBs Feliciano Pires e João XXIII. Na ocasião fez o lançamento de algumas licitações, depois foi a Botuverá para assinar um convênio entre o estado e a prefeitura com vistas à pavimentação da SC-486, que vai do centro de Botuverá até a caverna de estalactites e estalagmites, que é a mais bonita do sul do Brasil. Ela é controlada pelo Ibama, mas infelizmente a estrada de acesso ainda tem 14km não pavimentados, com muita lama ou poeira, conforme o tempo.

Pois bem. Depois que o prefeito municipalizou aquele trajeto, transformando o entorno da rodovia em perímetro urbano de Botuverá, recebeu recursos do governo estadual para fazer a pavimentação de desses 14km. Aquela região merece e esse é um sonho de mais de 150 anos, que agora vamos transformar em realidade.

Hoje o governador vai novamente a Brusque para assinar a ordem de serviço do início da duplicação da SC-486, que vai de Itajaí a Brusque. Hoje a ordem de serviço é para 3,5 km. Ele também vai fazer o lançamento da licitação da duplicação da mesma rodovia no sentido contrário, ou seja, de Itajaí em direção a Brusque, que compreende cerca de 5km, que vai do trevo da BR-101 até a Epagri.

Essa duplicação é importante, pois Brusque tem crescido muito e atual rodovia é insuficiente para sustentar o aumento de tráfego.

Sempre colocamos ao governador que, além dessa rodovia, seria interessante a pavimentação de outra rodovia paralela, que fica na margem esquerda do rio Itajaí Mirim, que vai de Brusque a Itajaí, mais precisamente à comunidade de São Roque.

Além dessa licitação, o governador também vai lançar a licitação do projeto técnico da implantação da terceira pista da rodovia Gentil Archer, que vai de Brusque em direção a São João Batista. Essa terceira pista será fundamental para fazer fluir mais rapidamente o tráfego na serra que lá existe.

Por isso, repito, quero externar o meu agradecimento e dizer que tudo isso acontece porque a Assembleia Legislativa, juntamente com o governo do estado, está fazendo um grande mutirão em favor do desenvolvimento da terra catarinense.

Muito obrigado!

(Palmas)

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Passaremos ao horário reservado aos Partidos Políticos. Hoje, quinta-feira, os primeiros minutos são destinados ao Partido Progressista.

Com a palavra o sr. deputado Altair Silva, por até sete minutos.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Sr. presidente e srs. deputados, público que nos acompanha, hoje vou abordar a importância de um profissional: o técnico agrícola. Tenho orgulho de ser técnico agrícola, assim como o deputado Darci de Matos, formado também na Escola Agrícola de Araquari, e o deputado José Milton Scheffer, que antes de se formar em Agronomia, já era técnico agrícola pela mesma escola.

No dia 5 de novembro, próxima terça-feira, eremos uma sessão especial em homenagem ao Dia do Técnico Agrícola.

(Passa a ler.)

"A profissão do técnico agrícola existe desde 1911. Em Santa Catarina, o movimento iniciou no dia 23 de maio de 1977, no escritório da Epagri de Chapecó, quando os técnicos agrícolas Valter Melentino da Silva, Ênio José Basso, Domingos Antônio Simioni, Adair da Silva, Edward César de Souza e José Böing se reuniram pela primeira vez para fundar uma associação de classe.

A profissão do técnico agrícola foi criada através da Lei n. 5.524, de 5 de novembro de 1968. Portanto, em homenagem a essa data, comemora-se o Dia Nacional do Técnico Agrícola nesse dia.

Em Santa Catarina, por iniciativa do ex-deputado José Zeferino Pedroso, foi criado o Dia do Técnico Agrícola através da Lei n. 7.550, de 9 de novembro de 1988. Por isso, no dia 5 de novembro comemoramos o Dia Nacional e Estadual dos Técnicos Agrícolas.

Neste estado temos quatro entidades que representam oficialmente a nossa classe. A primeira delas, a Atasc - Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina -, foi fundada em 24 de julho de 1977, em Chapecó, cidade que me acolheu aos 18 anos de idade.

Apesar de ter complementado o ensino superior e também me dedicado a outras áreas do conhecimento, orgulho-me de dizer que estou neste Parlamento na condição de deputado em virtude dos quase 22 mil votos que recebi, oriundos da classe

dos técnicos agrícolas, dos meus amigos e da comunidade que represento. Contudo, os técnicos agrícolas tiveram um papel de destaque na minha caminhada, até porque tive a oportunidade, lá em Chapecó, de iniciar como associado e logo em seguida ser secretário, tesoureiro, vice-presidente estadual e, finalmente, de 1996 a 2000, presidente da Associação dos Técnicos Agrícolas de Santa Catarina.

No dia 30 agosto de 1987, na cidade de Lages, foi fundado o Sintagri, que é o sindicato que representa todos os técnicos agrícolas vinculados a empresas públicas ou privadas. No dia 15 de fevereiro de 1990, na cidade de Concórdia, foi fundado o Conea - Conselho Estadual do Ensino Agrícola -, que ajudou a revolucionar o ensino agrícola do estado e que todos os anos realiza um provão para avaliar o ensino de todas as escolas agrícolas.

Temos acompanhado a evolução do ensino nas escolas agrícolas de Santa Catarina e sabemos que nosso estado já é referência nacional nessa área. Por isso, o nosso louvor a todas as escolas agrícolas do estado!

No dia 13 de outubro de 1996, eu era presidente da Atasc e tive a alegria de presidir o ato de fundação da Cooperativa dos Técnicos Agrícolas, na cidade de São Ludgero.

Portanto, temos uma história de empenho e sucesso no país, porque se analisarmos o setor do agronegócio em Santa Catarina, o crescimento das indústrias ligadas à área rural, o crescimento do comércio da maçã, do alho, o crescimento da suinocultura e da avicultura, veremos que muito se deve aos técnicos agrícolas, que levam permanentemente conhecimento e assistência técnica ao produtor estadual, cujo setor é um verdadeiro alicerce da nossa economia.

Por isso, convido todos os srs. deputados e todos os que nos acompanham pelos meios de comunicação da Alesc a prestigiarem, no dia 5 de novembro próximo, a sessão especial que homenageará, a partir das 19h, os técnicos agrícolas pelo seu dia!"

(SEM REVISÃO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PSD.

Com a palavra o sr. deputado Darci de Matos, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. presidente, deputado Padre Pedro Baldissera, amigo e irmão; srs. deputados e sras. deputadas, telespectadores da TVAL e ouvintes da Rádio Alesc Digital.

Pretendo falar sobre dois assuntos importantes. O primeiro diz respeito a um evento ocorrido em Joinville, ao qual não pude comparecer, mas no qual fui representado pelo deputado Kennedy Nunes, que falou em nome da Assembleia Legislativa.

Refiro-me à comemoração dos dez anos do Instituto Carlos Roberto Hansen, que é uma entidade que trabalha com crianças e adolescentes e que já atendeu mais de um milhão de jovens e distribuiu recursos para 87 cidades de Santa Catarina.

O referido instituto é um belo exemplo de entidade social formada por voluntários, nascida em Joinville, cidade que é considerada a capital estadual do voluntariado. Lá há mais de 500 instituições que detêm o título de utilidade pública estadual e em cada canto da cidade temos uma organização que desinteressadamente, com espírito de cidadania, faz as coisas acontecerem, ajuda a cidade, faz aquilo que, muitas vezes, o poder público não faz.

O Instituto Carlos Roberto Hansen é o braço social da Tigre, porque seu fundador, João Hansen, era um empresário sensível, empreendedor, educado, um cidadão espetacular, que se preocupava com seus trabalhadores e, sobretudo, com a qualidade de vida dos habitantes de Joinville. Cau Hansen, que faleceu num acidente de avião na Bolívia, dirigiu a empresa que dá nome ao instituto e hoje é presidida por Felipe Hansen, seu filho, que faz

parte do conselho da Tigre, uma das líderes do setor de plásticos na América Latina.

Eu não estive lá, mas soube que foi uma grande festa, segundo o próprio deputado Kennedy Nunes, que me representou. Inclusive, o próprio Guga Kuerten, que é um belo exemplo de esportista e de cidadão que se preocupa com a comunidade, esteve na festa.

Parabéns à Tigre, grande empresa que tem uma veia social extremamente forte, que ajuda a sua cidade e cuja história se confunde com a de Joinville!

Parabéns ao empresário Felipe Hansen pelos dez anos de serviços prestados à cidade e ao estado de Santa Catarina pelo Instituto Carlos Roberto Hansen!

Deputado Maurício Eskudlark, o segundo assunto que me traz à tribuna diz respeito ao contraponto que desejo fazer à fala do deputado Sargento Amauri Soares, com todo o respeito. Tenho certeza de que v.exa., deputado Maurício, me ajudará, pois vou citar números.

Ontem a base do governo teve reunião com o governador e foi decidido, juntamente com o secretário da Fazenda, Antônio Gavazzoni, que no prazo de uma semana a dez dias o governo vai enviar a esta Casa projeto de lei dispendo sobre as melhorias salariais para os servidores da Segurança Pública, prioritariamente, mas também para os servidores das demais secretarias, porque várias delas não haviam sido contempladas ainda.

Quero dizer, sr. presidente, sem querer criticar diretamente os governadores que antecederam o governador Raimundo Colombo, que a realidade salarial dos servidores públicos do estado estava catastrófica, impossível de aceitar. E o governador Raimundo Colombo organizou o estado, organizou as finanças do estado e aos poucos começa a promover a recuperação, deputado Padre Pedro Baldissera, do poder de compra dos salários dos servidores públicos do estado de Santa Catarina.

Mas vamos falar da Segurança Pública, deputado Sargento Amauri Soares.

No dia de ontem, eu e o deputado Maurício Eskudlark falamos com alguns agentes da Polícia Civil e percebemos que não mais de 20% deles estão contra o projeto de lei que aportará nesta Casa. Talvez, sr. deputados, o percentual não chegue nem a 20%; quem sabe, 10% ou 15%. Os demais estão procurando-nos, deputado Dado Cherem, enviando e-mails, interagindo com os parlamentares e solicitando que o governo envie à Casa realmente o projeto de lei que está sendo gestado na secretaria da Fazenda.

Vamos aos números, deputado Sargento Amauri Soares!

A partir de agosto do ano que vem, o salário inicial de um agente da Polícia Civil e de um soldado será de R\$ 4.520,00. Poderia ser melhor? Poderia, mas não acho que seja ruim, não. Acho que como salário inicial é bem razoável. Diria até que é um salário bom, um salário que deve ser aceito, porque o governo do estado também não pode destinar todos os seus recursos para pagar salários.

Quanto ganha hoje um agente da Polícia Civil ou um soldado? Ganha de R\$ 1.800,00 a R\$ 2.000,00? Pois seu salário mais que dobrará, quase triplicará! Contra fatos não há argumentos, deputados! Serão R\$ 4.520,00 a partir de agosto do ano que vem!

E mais: o agente da Polícia Civil em fim de carreira aposentar-se-á com um salário de R\$ 12 mil. Já o soldado da PM, que tem condições de chegar a sargento, também poderá aposentar-se com R\$ 12 mil.

Quanto ao delegado, seu salário inicial será de R\$ 18 mil, aposentando-se com vencimentos da ordem de R\$ 26 mil.

Sr. presidente e srs. deputados, há mais um detalhe a ser observado: o governo do estado vai agregar as horas extras ao subsídio. Isso é um sonho, deputado Sargento Amauri Soares, de muitos anos, de muitas décadas. O policial militar, o agente da Polícia Civil, o delegado, todos se aposentarão com o salário integral, porque antes

não acontecia assim, já que por ocasião da aposentadoria perdiam-se as horas extras.

Então, deputado Sargento Amauri Soares, serão, sim, os melhores salários da Segurança Pública do Brasil! E faço até um desafio: assim que começarmos a apreciar o projeto, a Oposição poderia trazer aqui informações acerca dos salários da Segurança Pública dos demais estados brasileiros, porque a única unidade da federação que pagará mais que Santa Catarina é o Distrito Federal. Mas lá quem paga é o governo federal. Aí não dá para competir, porque lá há recursos sobrando.

Estou há seis anos nesta Casa e sempre atendi policiais militares e policiais civis que pediam que o governo incorporasse as horas extras aos seus subsídios. E o governador Raimundo Colombo está fazendo isso, apesar das dificuldades de caixa, porque a arrecadação caiu muito nos últimos anos.

Mas faço um desafio, deputado Sargento Amauri Soares, assim que votarmos esse projeto daqui há dez a 15 dias vou cobrar nesta tribuna que a Oposição traga os salários dos demais estados do Brasil, para compararmos com os salários de Santa Catarina, com exceção do Distrito Federal, porque lá, como já disse, quem paga é o governo federal.

Os policiais militares, os oficiais, os delegados, os agentes, os servidores do IGP, todos, com raríssimas exceções, querem a aprovação do projeto. Quem não quer é o sindicato. E não quer com razão, porque sindicato tem mesmo é que ser contra para se fortalecer. Mas a grande maioria vai aplaudir, tenho certeza, o projeto que chegará brevemente a esta Casa, porque ele dará condições de os servidores da Segurança Pública terem uma vida mais digna.

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Agora já sei qual foi o deputado que disse ao jornalista Moacir Pereira que Santa Catarina terá o melhor salário da Polícia Militar do Brasil.

Repito, se for com relação ao coronel, acho até que será o melhor salário, mas com relação ao soldado recém-incluído na corporação não será o melhor. Aliás, deputado Darci de Matos, em março do ano que vem, quando forem incorporados todos os abonos que o governador Luiz Henrique deu e que o governador Raimundo Colombo mandou incorporar, o salário do soldado será de R\$ 4 mil, sem mais nada. Aí vai dar R\$ 26 mil em cima e R\$ 4 mil embaixo. Essa é a realidade.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Não, são R\$ 4 mil iniciais!

O Sr. Deputado Sargento Amauri Soares - Pode chegar a R\$ 12 mil se ele passar num concurso para sargento e chegar a subtenente, mas a maioria não chega! Então, não muda nada do que é até agora! Aumenta um pouquinho o número de vagas, mas o governo recuou no dia de ontem. Há 15 dias o governo faria melhor do que mandou publicar ontem, esse é o fato.

Nós, deputados, precisamos convencer o governo de que não pode tratar praça com discriminação em relação às outras patentes, porque é preconceito, é tabu, ou seja, para ser cabo tem que estar no ótimo comportamento; para ser terceiro-sargento também; mas para ser subtenente e coronel basta estar no bom comportamento. Além disso, o teste de aptidão física é diferente: os que no alto da pirâmide têm um teste mais leve, mas os que estão na base, têm um teste pesado! Por que a diferença?

Essa é a realidade! Eu não sei quem v.exa. está ouvindo, deputado Darci de Matos, mas espere a manifestação dos praças da Polícia Militar e da base da Polícia Civil para depois dizer que a maioria está favor do projeto.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Agradeço o aparte de v.exa., nobre deputado.

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

O Sr. Deputado Maurício Eskudlark - Acho que não se deve implementar uma guerra entre carreiras. Por muitos anos fui delegado de polícia ganhando cinco salários mínimos. Agora o

governador Raimundo Colombo está resgatando a questão salarial de toda a Polícia Civil. É claro que todas as categorias vão sempre pleitear melhores salários. Isso é histórico, pois todos querem o melhor. Mas esse é o melhor salário que um governo já deu à Segurança Pública do estado.

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Sr. deputado, claro que sempre queremos mais, mas o governador Raimundo Colombo está fazendo praticamente o impossível com a baixa arrecadação e está recuperando aquilo que foi degradado durante décadas. Essa é verdade. Contra fatos e contra números não há argumentos. Os números estão colocados e acho que melhoram muito o salário dos servidores da Segurança Pública.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - V.Exa. me concede um aparte?

O SR. DEPUTADO DARCI DE MATOS - Pois não!

A Sra. Deputada Ana Paula Lima - Sr. presidente, segundo os jornais, a arrecadação de Santa Catarina tem crescido significativamente. Mas vou debater esse tema em outra oportunidade, porque neste momento quero registrar, com muito prazer, com muita alegria, com muita honra, a presença nesta Casa dos alunos do 5º ano da Escola Básica Municipal Hella Altenburg, do município de Blumenau, que estão visitando este Parlamento juntamente com as professoras Sandra e Marli, para conhecerem o Poder Legislativo de Santa Catarina e a capital do estado. Sejam todos muito bem-vindos!

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Diante do registro feito pela deputada Ana Paula Lima, esta Presidência se incorpora aos cumprimentos aos alunos que visitam esta Casa no dia de hoje.

Ainda no horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao PMDB.

Com a palavra o sr. deputado Edison Andrino, por até 14 minutos.

O SR. DEPUTADO EDISON ANDRINO - Sr. presidente, nobres srs. deputados, trago novamente

um assunto a esta Casa sobre o qual já tive a oportunidade de me manifestar e que diz respeito à Portaria n. 404, do ministério do Planejamento, que permite a legalização de trapiches, marinas e deques por todo o litoral brasileiro. E chamo a atenção principalmente dos deputados que representam os municípios do litoral de Santa Catarina.

Essa portaria, srs. deputados, tem uma função importante, que é exatamente permitir que todos os que ocupam a linha d'água com trapiches e marinas possam legalizá-los. É bem verdade que vão pagar uma taxa de ocupação para o governo, mas poderão legalizar seus empreendimentos, o que é muito importante.

No entanto, há algo que nos preocupa, sr. presidente, é que o art. 17 dessa portaria define que todos aqueles que possuem trapiches construídos, deques e marinas têm até o dia 31 de dezembro, ou seja, menos de dois meses, para fazer a legalização.

Deputado Kennedy Nunes, v.exa. que é de Joinville sabe perfeitamente quantos trapiches e deques existem naquela cidade. E aqui se manifestou recentemente o deputado Darci de Matos a esse respeito. Pois bem. Em todos os balneários que existem em volta da cidade os donos de deques e trapiches terão que os legalizar impreterivelmente até o dia 31 de dezembro, junto à delegacia do Serviço de Patrimônio da União.

Mas o problema sério é que a burocracia necessária para fazer isso é uma coisa absurda, srs. deputados. V.Exas. não têm ideia do que é exigido. Em primeiro lugar, deputado Romildo Titon, é preciso uma planta detalhada do espaço que é ocupado por um trapiche ou por um deque. Depois, é preciso ter a licença ambiental da Fatma, a autorização da prefeitura municipal com relação à localização do terreno, a aprovação da Capitania dos Portos e a aprovação da delegacia do SPU em Santa Catarina.

Então, srs. deputados, o preço para que um cidadão possa legalizar o seu trapiche é alto, e às vezes são pessoas que não têm grande poder

aquisitivo, já que a grande maioria que ocupa a beira do mar é de pescadores, que constroem estruturas que atendem à pesca artesanal, que atendem às pequenas embarcações.

Eu vou dar um exemplo aqui da Barra da Lagoa, na capital. No rio da Barra da Lagoa há a famosa via gastronômica. Os restaurantes ali localizados são completados com deques que ficam dentro do rio. Na costa da Lagoa da Conceição é a mesma coisa. Mas todos esses equipamentos precisam da aprovação da prefeitura municipal de Florianópolis, da Fatma e também da Capitania dos Portos.

O governo, quando baixou essa portaria, deputado Dado Cherm - e v.exa., que é lá de Balneário Camboriú, vai incomodar-se muito com isso, como também o deputado Volnei Morastoni, que é de Itajaí -, teve o intuito propiciar a legalização e obter uma receita adicional, porque todos terão que pagar pelo espaço que ocupam dentro da água para a união. Só que eu pergunto: as prefeituras de Balneário Camboriú, Itajaí, Florianópolis, Laguna e Porto Belo têm estrutura para, num prazo de dois meses, aprovar todos esses deques localizados nas suas praias? Elas não têm pessoal para isso! E a Fatma também não tem estrutura de pessoal para aprovar todos esses equipamentos em tempo hábil!

Então, na realidade, o que queremos agora - e eu mantive, ontem à tarde, um novo contato com o senador Luiz Henrique da Silveira - é que uma audiência com a ministra Miriam Belchior, a fim de solicitar-lhe a prorrogação da vigência do art. 17, que é aquele que fixa o prazo até 31 de dezembro para as pessoas fazerem a legalização. E os parlamentares sabem que quando uma portaria diz que é preciso legalizar o que já existe até o dia 31 de dezembro, subtende-se que quem não legalizar ficará na clandestinidade, sujeito - e aí é que está o problema - a que uma demanda do Ministério Público Federal, que poderá colocar todas essas construções no chão.

Então, queremos a prorrogação da vigência do art. 17, para que possamos, futuramente, realizar

uma audiência pública em Santa Catarina envolvendo todas as prefeituras dos balneários do estado, a Fatma, a Capitania dos Portos e a delegacia do SPU de Santa Catarina. E para quê? Para montar uma estrutura conjunta com esses órgãos para agilizar o cumprimento da portaria.

Há também o problema da despesa que as pessoas terão. Estou legalizando um trapiche que tenho e v.exas. não têm ideia do trabalho e do custo que isso representa. Porque a pessoa tem que medir o trapiche, tem que levantar a linha d'água ocupada. A grande maioria dos ocupantes desses espaços de linha d'água não tem estrutura para fazer isso.

Então, essa audiência pública será muito importante, mas somente depois de conseguirmos prorrogar a vigência do art. 17 dessa portaria.

Mais uma vez chamo a atenção desta Casa, sr. presidente, porque provavelmente esse assunto vai cair em cima dos deputados, dos vereadores e dos prefeitos dos municípios litorâneos.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos são destinados ao Partido dos Trabalhadores.

Com a palavra a sra. deputada Ana Paula Lima, por até 11 minutos.

A SRA. DEPUTADA ANA PAULA LIMA - Sr. presidente, srs. parlamentares, telespectadores da TVAL, ouvintes da Rádio Alesc Digital e público que nos visita nesta manhã de quinta-feira na Assembleia Legislativa!

Vou falar de um assunto importante e bom para o Brasil e sobre o qual temos muito a festejar. Ontem, deputado Dirceu Dresch, rapidamente mencionamos esse fato, mas hoje vamos abordá-lo com mais clareza e mais tempo para debatê-lo.

Ontem, em Brasília, foi realizada a cerimônia de comemoração dos dez anos do programa Bolsa Família. O evento contou com a ilustre presença do sempre presidente Luiz Inácio Lula da Silva e da nossa presidenta Dilma Rousseff.

Conforme as estatísticas oficiais, srs. parlamentares, o Bolsa Família proporcionou mais qualidade de vida a mais de 50 milhões de brasileiros e retirou - e esse é um dado significativo - 36 milhões da extrema pobreza.

Os resultados apresentados pela ministra do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, Tereza Campello, foram decisivos contra as críticas que há dez anos os conservadores e a grande imprensa repetem em coro.

Segundo a ministra, o programa criado em 2003 com o objetivo de acabar com a fome é uma tecnologia simples e barata, que atende cerca de 13,8 milhões de famílias. No primeiro mandato do presidente Lula, um dos objetivos por ele traçados era de que a população brasileira pudesse ter pelo menos três refeições por dia. A sua meta era impedir que nenhum brasileiro vivesse com uma renda inferior a R\$ 70,00. Com isso retirou 36 milhões de pessoas da extrema pobreza, ao custo de apenas R\$ 24 milhões, ou seja, 0,46% do PIB.

De acordo com a ministra Tereza Campello, "a renda destinada às gestantes, associada à exigência de que elas fizessem adequadamente os exames pré-natais, reduziu o nascimento prematuro de crianças em 14%. O acompanhamento médico subsequente garante que 99,1% das crianças sejam vacinadas. O vergonhoso índice de mortalidade infantil por diarreia caiu 46%, e nos municípios com maior cobertura o índice por morte por desnutrição foi reduzido em 51%. A mãe faz o pré-natal, alimenta-me melhor, o filho nasce saudável, é vacinado, alimenta-se bem, cresce e vence a barreira da miséria", sintetizou a nossa ministra.

Na educação, as pesquisas apontam que a taxa de permanência dessas crianças na escola é maior entre os beneficiários do programa, acompanhados por 32 mil servidores, em 160 mil escolas brasileiras. São 15 milhões de alunos monitorados mensalmente. A ministra destacou também que a taxa de aprovação dos beneficiários do Bolsa Família alcançou a média nacional, superando, inclusive, os alunos do ensino médio. Já no nordeste, superou a média em todas as faixas.

Srs. parlamentares, o presidente Lula afirmou, durante a cerimônia, que se tivesse que recomeçar, faria tudo novamente em relação ao Bolsa Família. Foram estas as suas palavras: "Nenhum outro programa que implantamos teve tanto impacto na formação da mentalidade das pessoas, na transformação da mentalidade das pessoas. Porque cuidando da mãe, a mãe cuida da criança e cuida da família através dos bons programas de saúde, de uma alimentação melhor".

Os índices na educação também são melhores. E ao admitir a resistência que ainda perdura, o presidente Lula afirmou: "Certas reações levam a crer que é mais fácil vencer a fome, do que vencer o preconceito". E lamentavelmente isso é verdade, porque ainda há muito preconceito em relação aos mais pobres em nosso país. Para Lula, o Brasil precisa superar a mentalidade de que a pessoa é pobre, não por condições históricas, mas por indolência ou preguiça. Isso é tentar transferir para o pobre a responsabilidade do abismo social do nosso país. E criticou também aqueles que desmerecem o benefício: "Para a mãe que recebe o dinheiro que alimenta o filho, não é esmola, é direito". E confrontou os afoitos que pedem uma porta de saída para o programa: "Vamos deixar bem claro: esse é um programa que acaba de completar dez anos, num país onde a injustiça tem mais de cinco séculos!"

Já a nossa presidente Dilma Rousseff disse que "o Bolsa Família não é esmola, muito menos caridade. É uma tecnologia de transferência de renda e diminuição das desigualdades em nosso país".

Na verdade, srs. parlamentares e público catarinense que nos acompanha pela TVAL e pela Rádio Digital Alesc, é o maior programa de inclusão social no mundo, e dezenas de países pobres e desenvolvidos estão copiando essa tecnologia brasileira. É um exemplo o que está acontecendo e o mundo inteiro vem ao Brasil para conhecer esse programa que já tirou milhões de pessoas da linha de pobreza.

Parabéns ao presidente Lula e à nossa presidenta Dilma Rousseff, que tiveram a coragem e a sensibilidade de criar um programa que está dando certo e está dando dignidade a milhões de brasileiros e brasileiras.

Ainda dentro do horário do nosso partido, o PT, quero fazer um convite aos catarinenses para acompanharem a visita que a ministra Tereza Campello fará ao nosso estado no próximo dia 21 de novembro, mais precisamente ao município de Lages, dando início aos seminários nos quais serão expostos todos os programas do seu ministério, oportunizando que prefeitos, vice-prefeitos, vereadores, equipes técnicas de secretarias municipais conheçam todas as nuances técnicas e operacionais e pensem se devem implementá-los em suas comunidades.

Trata-se de uma oportunidade única, e até firmamos uma parceria entre a Assembleia Legislativa, a Fecam e a prefeitura municipal de Lages, que patrocinarão esse primeiro seminário em terras catarinenses acerca dos programas do ministério do Desenvolvimento Social e de Combate à Fome.

Renovo, portanto, o convite aos prefeitos, aos vice-prefeitos e demais lideranças municipais para participarem desse evento, bem como aos colegas deputados estaduais.

Era isso o que tinha a relatar, sr. presidente.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Romildo Titon) - Ainda dentro do horário reservado aos Partidos Políticos, os próximos minutos estão destinados ao PSDB.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, os próximos minutos estão destinados ao DEM.

(Pausa)

Não havendo interessados em fazer uso da palavra, fim do horário destinado aos Partidos Políticos.

Passaremos à Ordem do Dia.

A Presidência comunica que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer contrário ao Ofício n. 0078/2013 e que o mesmo terá seu encaminhamento conforme o Regimento Interno.

A comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa com Deficiência apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0072/2013, 0231/2013, 0306/2013, 0363/2013, 0378/2013, 0421/2013, 0469/2013, 0556/2013, 0560/2013, 0572/2013 e 0640/2013, todos de entidade social encaminhando relatório de atividades.

Comunica ainda que a comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0199/2013, 0301/2013, 0323/2013, 0390/2013, 0475/2013, 0480/2013, 0518/2013, 0554/2013, 0594/2013, 0667/2013, 0668/2013, 0672/2013, 0673/2013, 0684/2013, 0692/2013 e 0693/2013, todos de entidade social encaminhando relatório de atividades.

A Presidência comunica também que a comissão de Direitos Humanos apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0245/2011, 0293/2013, 0446/2013, 0591/2013 e 0675/2013, todos de entidade social.

Comunica, igualmente, que a comissão de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente apresentou parecer favorável aos Ofícios n.s: 0206/2013, 0658/2013 e 0663/2013, todos de entidade social encaminhando relatórios de atividades.

Esta Presidência comunica que encaminhará aos destinatários as Indicações n.s 0749/2013 e 0750/2013, de autoria do deputado Silvio Dreveck, conforme determina o art. 206 do Regimento Interno.

Esta Presidência comunica que defere os Requerimentos n.s: 1.156/2013 e 1.157/2013, de autoria do deputado Nilson Gonçalves; 1.158/2013, 1.159/2013, 1.160/2013 e 1.161/2013, de autoria do deputado Carlos Chiodini; 1.162/2013, de autoria do deputado Padre Pedro Baldissera; e 1.163/2013, de autoria do deputado Joares Ponticelli.

Não há mais matéria na pauta da Ordem do Dia.

Passaremos à Explicação Pessoal.

Com a palavra o primeiro orador inscrito, deputado Neodi Saretta, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - Sr. presidente e srs. deputados, estimados catarinenses, gostaríamos de mais uma vez repercutir um assunto que temos tratado aqui desde o início do nosso mandato, até porque iniciamos as tratativas desde que fomos prefeito da cidade de Concórdia.

Trata-se da expansão da Universidade Federal da Fronteira Sul - UFFS - e a luta que temos no meio-oeste, no alto Uruguai catarinense, para criar um *campus* dessa universidade na cidade de Concórdia. Isso já está bastante avançado e venho aqui para tornar isso o mais público possível.

A universidade já baixou portaria criando dois grupos. O primeiro grupo é a comissão de implantação, mais ampla, em conjunto com a prefeitura de Concórdia. Essa comissão tem representantes da sociedade civil, de entidades, do poder público e da própria universidade. Já o segundo grupo é mais técnico, pois está elaborando os projetos técnicos e é presidido pelo professor Antônio, da Universidade Federal da Fronteira Sul.

Nós estivemos, inclusive, na UFSC para obtermos acesso à cópia dos projetos de implantação dos cursos de Engenharia, pois poderão servir como referência para o grupo que está trabalhando nessa parte.

Amanhã o grupo técnico de trabalho terá uma reunião, da qual pretendemos participar, para debater o assunto e levar o nosso apoio à concretização desse sonho.

Na semana que passou, estive na região oeste, a ministra das Relações Institucionais, Ideli Salvatti, em função dos atos promovidos pelo ministério do Desenvolvimento Agrário e pelo governo federal para a entrega de máquinas e equipamentos para os municípios. Promovemos um encontro com as lideranças de Concórdia e aproveitamos o momento para dar andamento às tratativas da implantação de um *campus* da Universidade Federal da Fronteira Sul em Concórdia. Na ocasião, tivemos a garantia do apoio

da ministra aos trabalhos que já estão sendo desenvolvidos.

Houve aqui algumas falas no sentido de pleitear a questão, e gostaria de dizer que os trabalhos já estão bastante avançados e já há duas comissões trabalhando. É claro que falta ainda aquela palavra final do ministério da Educação, mas a meta é que até maio estejam prontos os projetos, para que a questão possa ser finalizada.

Foi uma grande conquista criar a Universidade Federal da Fronteira Sul. E agora, na sua expansão, queremos mais *campi*, ou seja, um *campus* em Concórdia, um em São Miguel d'Oeste, além de outros em outras cidades.

Era essa, sr. presidente, a notícia que gostaria de dar aos colegas e a Santa Catarina, porque vimos lutando por esse sonho há bastante tempo, pois queremos ver um *campus* da UFFS o mais rapidamente possível na cidade de Concórdia.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o próximo orador inscrito, deputado Sandro Silva, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO SANDRO SILVA - Sr. presidente, srs. deputados, pessoas que nos acompanham pela TVAL e pela Rádio Alesc Digital, gostaria de agradecer o convite que recebi dos jovens empresários da Acij para participar da segunda edição do *Café com Autoridade*. A reunião foi em Joinville, onde pude falar um pouco do meu trabalho, da minha história e também responder algumas perguntas feitas pelos presentes.

Foi uma ótima reunião e quero dizer que sempre estarei à disposição.

Eu tenho dois assuntos a tratar que estão relacionados.

O primeiro diz respeito a uma notícia publicada pelo jornal *ANotícia*, há duas semanas, dando conta de que a seção de Joinville da ABRH divulgou o perfil desejado para trabalhar na cidade, seja na indústrias, no comércio, em

serviços e assim por diante. E o perfil ideal é o seguinte: homem, branco, entre 20 e 39 anos.

Ora, sr. presidente e srs. deputados, isso é machismo! Por que a preferência por homens? Isso também é racismo! Por que somente brancos? Além de tudo, é preconceito também porque discriminaram os mais jovens e os mais velhos!

No entanto, colegas, quando se faz uma entrevista, o selecionador não diz que o candidato não serve porque é mulher ou porque é negro ou ainda porque tem mais de 40 anos ou menos de 29. Ele não fala, mas ia coisa está posta de forma velada. Eu imagino que exista um acordo entre a empresa e a selecionadora para não citar esses impedimentos.

Essa foi uma notícia que nos deixou triste, porque mostra que de fato existe preconceito, existe machismo e existe racismo na cidade de Joinville quando se trata de contratar um trabalhador.

Há alguns dias, ao usar o Facebook, via que uma empresa de divulgação precisava de meninas de pele branca para fazer a divulgação de determinado produto. Eu não sei por que meninas negras não podem fazer o mesmo trabalho que as brancas!

Desejo referir-me agora à liminar concedida pelo Tribunal de Justiça de Santa Catarina ao pedido feito por 12 entidades de Joinville no intuito de suspender o feriado de 20 de novembro em Joinville. Primeiramente alegaram que o feriado é inconstitucional, porque já há muitos feriados municipais o que causa, segundo eles, um prejuízo de R\$ 10 milhões à cidade.

No entanto, sr. presidente e srs. deputados, o projeto de lei que criou o feriado do Dia da Consciência Negra foi aprovado por unanimidade pela Câmara Municipal de Joinville. Em seguida, foi sancionada pelo prefeito Udo Döller. No entanto, nem o Executivo municipal nem o Legislativo joinvilense fizeram qualquer cerimônia para comemorar a aprovação da matéria. Não chamaram nem o movimento negro de Joinville. Por quê? Acho que existia, de certa forma, uma jogada ensaiada entre a Câmara de Vereadores, a

prefeitura municipal e as entidades empresariais, no sentido de que assim que a lei fosse sancionada, haveria uma ação judicial pedindo liminarmente a suspensão do feriado. E foi o que aconteceu.

Considero, catarinenses, muito importante a existência do feriado, porque ele marca e relembra para a população como um todo o sofrimento de uma raça, de um povo. Vejam o exemplo de Israel, em relação ao holocausto; da África do Sul, com referência ao *apartheid*; do Japão, em relação às bombas de Hiroshima e Nagasaki! Vejam também o caso de Martin Luther King, nos Estados Unidos. Para todos esses fatos tenebrosos vividos pelos povos há um feriado para lembrá-los, a fim de que nunca mais aconteçam.

E o Dia da Consciência Negra, que deveria ser feriado nacional, também serviria para a reflexão de todos sobre o sofrimento imposto à raça negra, escravizada no Brasil durante vários séculos.

Então, é preciso realmente que o Brasil reconheça seus problemas sociais graves. Coloquei no Facebook que eu até troco o feriado, se essas mesmas entidades que pediram a sua suspensão passarem a não olhar a cor da pele, o gênero, o sexo, a idade e o credo das pessoas. Eu trocaria, sim, o feriado por essa consciência social e por essa promessa de não mais discriminar ninguém. Eu trocaria o feriado também se eles passassem a ir aos bairros oferecer cursos de capacitação para as crianças pobres e negras. Porque não conseguiria encher os dedos de uma mão se contasse quantas dessas entidades admitem em seus quadros de funcionários trabalhadores e trabalhadoras negras.

Então, antes de pedirem o cancelamento do feriado, seria bom se investissem parte desses R\$ 10 milhões que vão ganhar no dia 20 de novembro em campanhas de conscientização, para que realmente não haja preconceito na hora da admissão de empregados nas empresas da cidade de Joinville.

Registro isso com tristeza, porque o município de Joinville não avança e perde a oportunidade de discutir as diferenças sociais que lá existem.

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Com a palavra o sr. deputado Maurício Eskudlark, por até dez minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Sr. presidente, srs. deputados, ouvintes da Rádio Alesc Digital e telespectadores da TVAL.

A respeito do pronunciamento do deputado Sandro Silva, por quem tenho uma admiração tremenda, quero dizer que não admito qualquer tipo de preconceito. Fico revoltado com qualquer manifestação nesse sentido, seja contra a mulher, seja em função da cor da pele ou da idade.

Com referência à questão do feriado, trata-se de um assunto que diz respeito somente ao município. Faço parte da Frente Parlamentar do Comércio Varejista de Santa Catarina na Assembleia Legislativa e vejo a dificuldade da classe empresarial para manter seus negócios, principalmente o pequeno empresário, que tem uma série de problemas que precisa resolver com o nosso apoio.

O Brasil não pode mais criar feriados. Acho que temos que comemorar as datas importantes, mas no final de semana, por exemplo. Acho também que a Câmara de Vereadores de Joinville, junto com as associações empresariais, quer que haja comemoração em todas as datas importantes para a sociedade local, mas é preciso encontrar uma forma de conciliar as coisas, a fim de não causar prejuízo a quem quer que seja.

Lemos há poucos dias que a Espanha, onde a população tem o hábito de fazer a *siesta*, já está revendo essa prática, pois aquela sociedade entende que é preciso trabalhar um pouco mais tendo em vista as dificuldades que o país está enfrentando. Esse costume também existe na Argentina, pois quando atuava como policial na fronteira com aquele país, muitas vezes se não chegasse ao meio-dia em ponto não encontrava nem onde almoçar, já que os donos de restaurante iam descansar e fechavam seus estabelecimentos até as 16h.

Então, faço esse comparativo porque a Câmara Vereadores de Joinville optou por criar mais um feriado, mas vai rever a decisão, já que as associações empresariais saíram em defesa dos seus filiados. Não é nada pessoal, mas uma questão classista que entendo e na qual me posiciono a favor. Sou contrário à criação de novos feriados. No Brasil já estudaram a possibilidade de quando o feriado cair na terça ou na quarta-feira passá-lo para segunda-feira, fazendo com que o cidadão que quer viajar aproveite para emendar com o final de semana. Porque às vezes, dependendo do dia da semana em que cai o feriado, ele pouco ajuda para o lazer das pessoas ou para festejar aquele dia especial.

Quero falar também sobre a questão salarial da Segurança Pública e sobre a preocupação do governador Raimundo Colombo, do secretário Antônio Gavazzoni, do secretário Derly Anunciação, enfim, de toda a equipe que trabalha com a folha de pagamento e com a arrecadação do estado de Santa Catarina.

O objetivo do governador Raimundo Colombo é fazer com que a segurança pública de Santa Catarina venha a ser, se possível, a mais bem remunerada do país. E para isso está buscando alternativas. Para se ter uma ideia de como a coisa é complexa, o governador do Rio Grande do Sul fez um escalonamento do aumento salarial para a Segurança Pública daquele estado há um ano e meio, sendo que só se concretizará em 100% em 2018. Aqui estamos buscando alternativas. Como há um aumento que está sendo pago parceladamente, uns abonos que estão sendo incorporados, para a maioria daqueles que estão no teto, como os delegados e os oficiais, isso implica em prejuízo, porque aumenta o valor bruto, aumentam os descontos, além do bloqueio do limite constitucional.

Então, o objetivo da equipe do governo do estado é dentro daquilo que é possível investir na Segurança Pública e transformar o salário dos profissionais da área - policiais militares,

policiais civis, servidores do IGP e agentes prisionais - no melhor salário do Brasil.

Qual é o governador que não quer dar o melhor ao seu estado, aos seus servidores? O governador Raimundo Colombo quer isso. Agora, tem que ser dentro daquilo que está disponibilizado para ser aplicado na Segurança Pública, porque há a Saúde, há a Educação, há todas as atividades que devem ser mantidas pelo estado. Agora, servidor público satisfeito e com disposição é certeza de empenho no sentido de prestar o melhor serviço ao cidadão.

Esse projeto que o governo está enviando a esta Casa foi discutido para caber dentro das possibilidades do Tesouro e da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Temos, nesta Casa, como grande defensor dos praças da PM, o deputado Sargento Amauri Soares. A Aprasc vem fazendo suas discussões, colocando no site as informações que julga do interesse dos seus associados. Felizmente poucos tentam criar diferenças de classes. Nós queremos uma Segurança Pública una. Até sou favorável a uma polícia una, diante da situação existente. Há tanta dificuldade em virtude da divisão entre a Polícia Civil e a Polícia Militar, que sou favorável àquele projeto que tramita no Senado Federal e que pretende criar uma polícia única nos estados, a fim de que a população tenha realmente a melhor segurança possível.

Vejo que o projeto é bom e que o governo está buscando fazer o melhor, mas sempre vai haver o que melhorar, sempre vamos ter que adaptar, seja as vantagens seja o prazo de implementação. Porém é preciso que fique claro que o governo do estado de Santa Catarina está procurando, sim, valorizar a sua Segurança Pública!

Muito obrigado!

(SEM REVISÃO DO ORADOR)

O SR. PRESIDENTE (Deputado Padre Pedro Baldissera) - Não havendo mais oradores inscritos, livre a palavra a todos os srs. deputados.

(Pausa)

Não havendo mais quem queira fazer uso da palavra, esta Presidência, antes de encerrar a

presente sessão, convoca outra, ordinária, para terça-feira, à hora regimental, com a seguinte Ordem do Dia: matérias em condições regimentais de serem apreciadas pelo Plenário.

Está encerrada a sessão.